



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

UNIDADE: SIC Central

SECRETARIA: Secretaria de Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

DECISÃO OGE/LAI n.º 026/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido à Secretaria Estadual de Segurança Pública - SSP, número SIC em epígrafe, sobre ocorrências de porte de entorpecente, em relação ao quantitativo bruto de apreensões e demais especificações.
2. A Pasta respondeu que as informações constantes nos Boletins de Ocorrência são de natureza pessoal, considerando a existência de dados de vítimas e testemunhas que poderiam identificá-las, fundamentando a decisão no artigo 31, II, § 3º da Lei Federal 12.527/2011, bem como no Parecer n. 587/2014, de sua Consultoria Jurídica.
3. Em recurso inicial, a interessada contestou a negativa, afirmando não ter solicitado acesso aos boletins; contudo, o recurso foi indeferido, apontando-se a inexistência de trabalhos adicionais de compilação, tendo em vista a necessidade de tarjar informações pessoais constantes dos mencionados documentos. Ainda insatisfeita, a interessada interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
4. Buscando alcançar o objetivo da Lei de Acesso à Informação, sem necessidade de formulação de um novo pedido de acesso, esta Ouvidoria Geral contatou dois Departamentos da Polícia Civil do Estado de São Paulo, DENARC – Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico e DAP – Departamento de Administração e Planejamento, a fim de obter as informações concernentes ao quantitativo bruto de apreensões de entorpecentes, dentro dos moldes pleiteados, restando frutífera a diligência através da manifestação do DAP. Cientificada, a recorrente mostrou-se satisfeita (fls.32/43).
5. Diante do exposto, tendo em vista as informações obtidas por esta Ouvidoria Geral do Estado junto à Polícia Civil, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da Lei Federal 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual n. 58.052/2012.

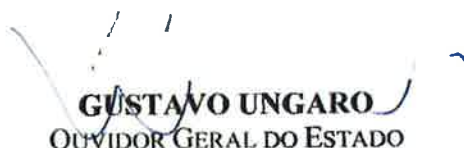


OGE 45
RS _____

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados e também ao SIC da SSP. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de fevereiro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO